



RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M.,S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO INTERCALAR

1.º semestre de 2026

1. Introdução

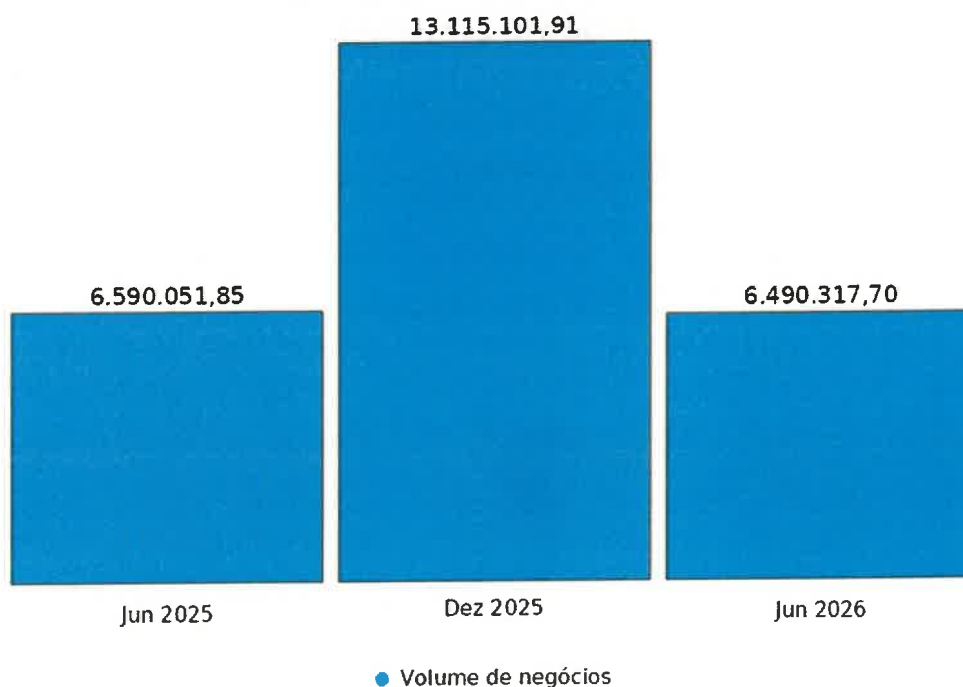
Exmos. Acionistas,

Nos termos da lei e dos estatutos, vem o conselho de administração da RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., com sede social em Rua Ferro de Engomar, Eco Parque do Relvão, submeter à apreciação de V. Exas. o presente relatório de gestão sobre a situação financeira em 30 de junho de 2026 e os resultados obtidos no 1.º semestre de 2026.

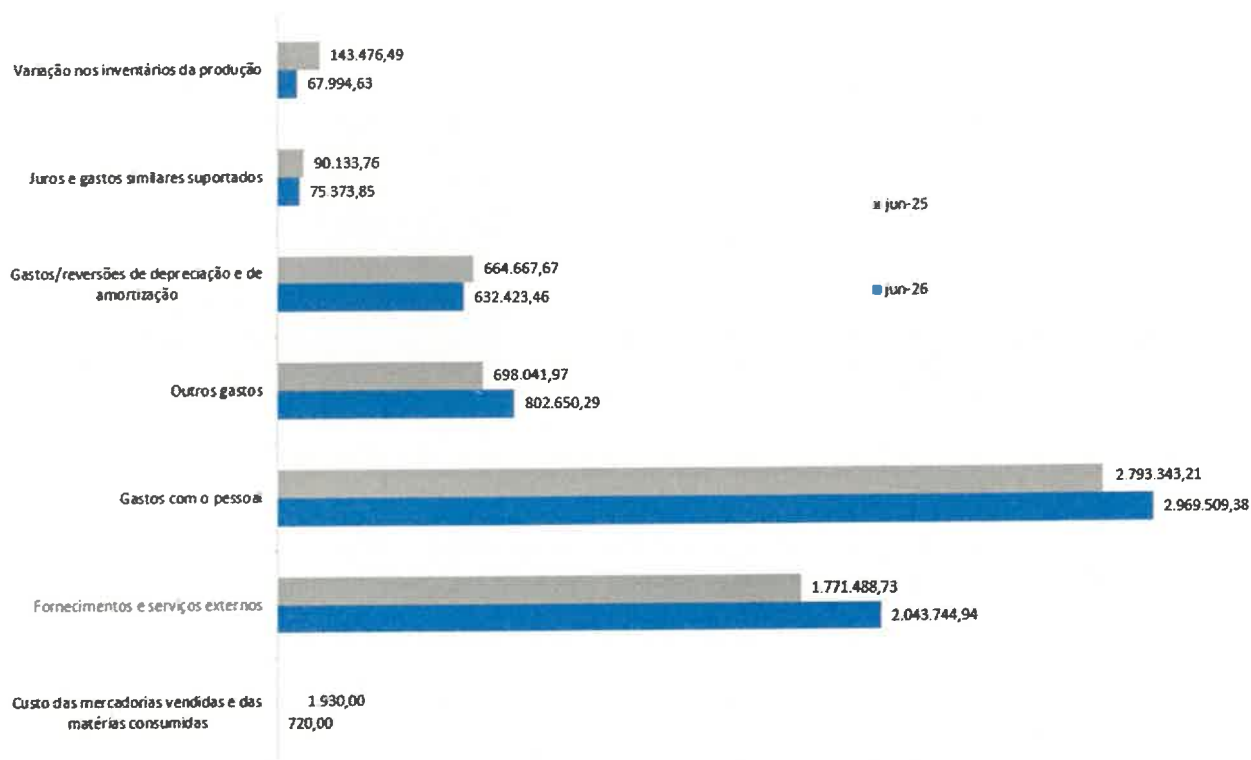
As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), referencial contabilístico português, publicado a 13 de julho de 2009 através do Decreto-Lei n.º 158/2009 e conforme os modelos de demonstrações financeiras constantes na Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho.

2. Análise da atividade e da posição financeira

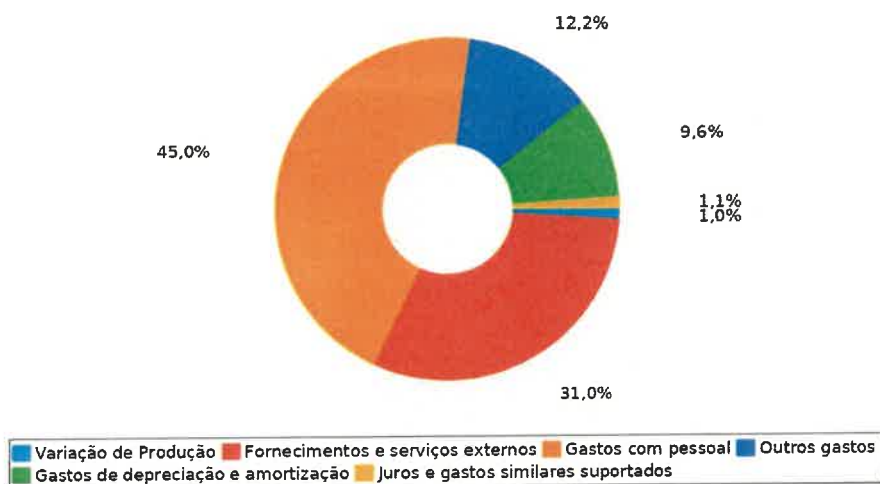
No 1.º semestre de 2026 os resultados espelham a atividade desenvolvida pela entidade. A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



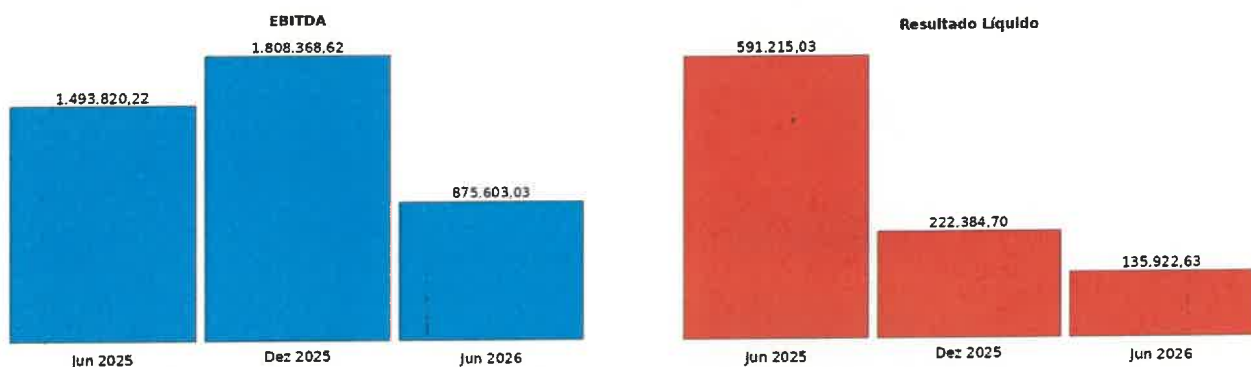
Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:



Jun 2026



Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



Indicadores Financeiros:

Ítems	PERÍODO	
	Dez 2025	Jun 2026
Autonomia	0,28	0,28
Solvabilidade	0,40	0,39
Liquidez Geral	0,66	0,74

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

Itens	PERÍODO		
	Jun 2025	Dez 2025	Jun 2026
Ativo não corrente	11.098.355,99	11.383.905,87	10.951.928,94
<i>Percentagem ativo não corrente</i>	<i>67,88%</i>	<i>73,30%</i>	<i>70,59%</i>
Ativo corrente	5.251.263,74	4.147.596,51	4.562.143,70
<i>Percentagem ativo corrente</i>	<i>32,12%</i>	<i>26,70%</i>	<i>29,41%</i>
Total ativo	16.349.619,73	15.531.502,38	15.514.072,64
Capital Próprio	5.113.791,40	4.412.776,53	4.331.960,02
<i>Percentagem Capital Próprio</i>	<i>31,28%</i>	<i>28,41%</i>	<i>27,92%</i>
Passivo não corrente	4.920.749,80	4.819.311,90	4.982.981,02
<i>Percentagem passivo não corrente</i>	<i>30,10%</i>	<i>31,03%</i>	<i>32,12%</i>
Passivo corrente	6.315.078,53	6.299.413,95	6.199.131,60
<i>Percentagem passivo corrente</i>	<i>38,63%</i>	<i>40,56%</i>	<i>39,96%</i>
Total Capital Próprio e Passivo	16.349.619,73	15.531.502,38	15.514.072,64

5

3. Mapa de execução orçamental

Ao nível da execução orçamental destaca-se a rubrica de gastos com fornecimentos e serviços externos teve uma diminuição de 8% (188.455 euros), em grande parte devido, a custos com Conservação e Reparação, os gastos com pessoal apresentam uma diminuição de 6% (164.089 euros).

Destacamos ainda o facto de a rubrica de Variação da Produção nos Inventários apresentar um desvio negativo face ao orçamentado no montante de 79.680 euros, refletindo a venda de mercadorias anteriormente registadas em inventário, sem reposição proporcional no período em análise.

Os resultados líquidos do 1.º semestre são superiores em 132.133 euros ao valor orçamentado, pois apesar da correta execução da receita que teve uma variação negativa de 22.056 euros, os gastos de uma forma geral tiveram reduções significativas.

4. Investimentos

No exercício foram concretizados investimentos, no montante de 200.447 euros, cerca de 0,7% do previsto para o período de 2026, conforme plano plurianual de investimentos em anexo.

5. Anexo ao relatório de gestão intercalar

Em anexo ao relatório de gestão intercalar, apresentam-se o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, mapa de execução orçamental e plano plurianual de investimentos.

6

Carregueira, 21 de julho de 2026

Conselho de Administração

Entidade: Município da Chamusca

Representante: Nuno Jorge Lino Mira
Presidente

Entidade: Município de Golegã

Representante: António Carlos da Costa Camilo
Vogal

Entidade: Município de Vila Nova da Barquinha

Representante: Marina Lopes Honório
Vogal



BALANÇO INDIVIDUAL
PERÍODO DE 30 DE JUNHO DE 2026

Valores em euros

RUBRICAS	30/06/2026	2025	30/06/2025
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	10 839 954	11 288 918	10 982 018
Ativos intangíveis	53 375	36 388	41 675
Outros investimentos financeiros	58 600	58 600	58 600
Ativos por impostos diferidos	0	0	16 064
Total do ativo não corrente	10 951 929	11 383 906	11 098 356
Ativo corrente			
Inventários	272 568	340 563	233 459
Clientes	2 045 034	1 753 654	2 871 527
Estado e outros entes públicos	140 287	389 659	92 962
Outros créditos a receber	544 190	529 437	612 061
Diferimentos	109 919	96 714	79 463
Caixa e depósitos bancários	1 450 146	1 037 570	1 361 793
Total do ativo corrente	4 562 144	4 147 597	5 251 264
Total do ativo	15 514 073	15 531 502	16 349 620
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	50 000	50 000	50 000
Reservas legais	46 856	24 618	24 618
Resultados transitados	387 691	187 545	187 545
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	3 711 490	3 928 229	4 260 413
Resultado líquido do período	135 923	222 385	591 215
Total do capital próprio	4 331 960	4 412 777	5 113 791
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	2 382 981	2 177 300	2 278 738
Outras dívidas a pagar	2 600 000	2 642 012	2 642 012
Total passivo não corrente	4 982 981	4 819 312	4 920 750
Passivo corrente			
Fornecedores	1 155 379	1 195 908	1 188 089
Estado e outros entes públicos	247 908	143 822	346 226
Financiamentos obtidos	1 241 802	2 256 445	2 159 796
Outras dívidas a pagar	3 554 043	2 703 240	2 620 967
Total passivo corrente	6 199 132	6 299 414	6 315 079
Total do passivo	11 182 113	11 118 726	11 235 828
Total do capital próprio e do passivo	15 514 073	15 531 503	16 349 620

Conselho de Administração

Contabilista Certificado



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 - 1º SEMESTRE

Valores em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	jun/26	2025	jun/25
Vendas e serviços prestados	6 490 318	13 115 102	6 590 052
Subsídios à exploração	4 170		
Variação nos inventários da produção	-67 995	-36 372	-143 476
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-720	-9 184	-1 930
Fornecimentos e serviços externos	-2 043 745	-4 209 103	-1 771 489
Gastos com pessoal	-2 969 509	-5 693 465	-2 793 343
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	0	858	
Aumentos / reduções de justo valor	265 735	749 608	312 049
Outros rendimentos	-802 650	-2 109 074	-698 042
Outros gastos			
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	875 603	1 808 369	1 493 820
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-632 423	-1 369 791	-664 668
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	243 180	438 578	829 153
Juros e gastos similares suportados	-75 374	-179 538	-90 134
Resultado antes de impostos	167 806	259 040	739 019
Imposto sobre o rendimento do período	-31 883	-36 656	-147 804
Resultado líquido do período	135 923	222 385	591 215

Conselho de Administração


Contabilista Certificado

**MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL****PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 - 1º SEMESTRE****Valores em euros**

RENDIMENTOS E GASTOS	ORÇAMENTO PREVISIONAL		EXECUÇÃO 1º SEMESTRE 2026	DESVIO	
	2026	1º SEMESTRE 2026 (*)		VALOR	%
Vendas e serviços prestados	12 987 536	6 493 768	6 490 318	-3 450	0%
Variação nos inventários da produção	23 370	11 685	-67 995	-79 680	-682%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-5 155	-2 578	-720	-1 858	-72%
Fornecimentos e serviços externos	-4 464 401	-2 232 200	-2 043 745	-188 455	-8%
Gastos com pessoal	-6 267 197	-3 133 598	-2 969 509	-164 089	-5%
Outros rendimentos	568 682	284 341	265 735	-18 606	-7%
Outros gastos	-1 419 699	-709 850	-802 650	92 801	13%
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 423 136	711 568	875 603	164 035	23%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-1 213 331	-606 665	-632 423	25 758	4%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	209 805	104 903	243 180	138 277	132%
Juros e gastos similares suportados	-200 211	-100 105	-75 374	-24 731	-25%
Resultado antes de impostos	9 594	4 797	167 806	163 008	3398%
Imposto sobre o rendimento do período	-2 015	-1 007	-31 883	30 876	3065%
Resultado líquido do período	7 580	3 790	135 923	132 133	3487%

(*) 50% do valor do Orçamento Previsional 2025

Conselho de Administração

Contabilista Certificado



PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL

Introdução

Para efeitos da alínea h) do n.º 6 do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º dos Estatutos, apresentamos o nosso Parecer sobre a informação financeira semestral do período findo em 30 de junho de 2026, da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. (a Entidade), incluída no relatório de gestão intercalar, no mapa de execução orçamental, plano plurianual de investimentos, no balanço (que evidencia um total de 15.514.073 euros e um total de capital próprio de 4.331.960 euros, incluindo um resultado líquido de 135.923 euros) e a demonstração dos resultados por naturezas.

As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que resultam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.


1/2



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades; e
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras.

Parecer

Com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança razoável, exceto quanto à matéria referida na reserva abaixo, concluímos que a informação financeira semestral não inclui distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Reserva

A Entidade não constituiu provisões ambientais, relacionadas com a monitorização ambiental e encerramento das células de deposição de resíduos, pelo facto não existirem elementos que possibilitem a sua mensuração.

Lisboa, 22 de julho de 2026

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 181
representada por:

Paulo Alexandre Martins Patrício - ROC n.º 2191
Registado na CMVM com o n.º 20250016